



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE

DECRETO Nº 191 **DE 5 DE JANEIRO DE 2026**

Estabelece o calendário de cobrança de tributos municipais para o exercício de 2026, e dá providências correlatas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE, Estado de Sergipe, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 65 e 66, incisos III, VI e XXIV, combinado com o art. 89, inciso I, da Lei Orgânica Municipal; de acordo com o disposto no art. 97 da Lei nº 433, de 31 de dezembro de 2001 (Sistema Tributário do Município de Rosário do Catete); e considerando a necessidade de ser regularmente estabelecido o calendário de pagamento de tributos municipais para o exercício de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece o calendário de cobrança de tributos municipais para o exercício de 2026.

Art. 2º Para o exercício de 2026 fica estabelecido o seguinte calendário para pagamento de tributos municipais:

I – Taxa de Localização e Funcionamento – TFL com documentos que tenham vencimentos previstos até 31 de dezembro de 2025: terão o prazo para renovação, com vencimento compreendido entre 5 de janeiro de 2026 e 31 de janeiro de 2026, para todos os casos previstos no Anexo I, Tabela, Item I;

II – Taxa de Registro, Acompanhamento e Fiscalização – TARF, conforme tabela da Lei nº 1.002, de 20 de dezembro de 2024: vencimento em 31 de janeiro de 2026;



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE***DECRETO Nº 191***
DE 5 DE JANEIRO DE 2026

III – Taxa de Uso e Ocupação de Logradouro Público (Lei nº 436/2001, Anexo I, Tabela 3): fica estabelecida a data de pagamento até todo dia 5 de cada mês, do ano de 2026;

IV – Taxa de Uso e Ocupação de Prédios Públicos (Lei nº 436/2001 e Tomada de Preço nº 003/2023): tendo seus vencimentos para todo dia 10 de cada mês;

V – Taxa de Vigilância Sanitária (Lei 436/2001, Anexo I, Tabela 1, Item 19): tem seus vencimentos quando dos vencimentos das TLF's, sendo exclusivo para pessoas físicas e jurídicas passivas da licença de Vigilância Sanitária, e/ou quando solicitado pelo Órgão responsável da Secretaria Municipal da Saúde – SMS;

VI – ISS — Imposto Sobre Serviços: tem seu vencimento todo dia 5 dos meses subsequentes, a base de cálculos das notas fiscais de prestações de serviços apuradas;

VII – IPTU — Imposto Predial Territorial Urbano, para as pessoas jurídicas constituídas e estabelecidas no Município, conforme previsão na Lei nº 668/2013: tem seu vencimento para o dia 30 de abril de 2026; ou, no caso de parcelamento do débito constituído, com a primeira para 30 de abril de 2026 e a última parcela para até 31 de dezembro de 2026;

VIII – Imposto Territorial Predial Urbano — IPTU para as pessoas físicas com posse ou propriedade de imóveis prediais territoriais urbanos, no Município, conforme previsão na Lei nº 437/2001 e na Lei 668/2013: tem seu vencimento em 31 de julho de 2026, ou, no caso de parcelamento do débito constituído, com a primeira, ou cota única, para 31 de julho de 2026, e a última até 31 de dezembro de 2026;

IX – Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis Intervivos — ITBI: tem seu vencimento com base ao fato gerador decorrente aos casos de compra e venda de imóveis, ocorridas



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO CATETE

DECRETO Nº 191
DE 5 DE JANEIRO DE 2026

durante o curso do exercício de 2026; com entrada a ser ingressada no Departamento de Administração Tributária; indicada na ocasião por qualquer uma das partes interessadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, observados os termos de seus dispositivos.

Rosário do Catete, 5 de janeiro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

ANTÔNIO CÉSAR CORREIA DINIZ DE RESENDE
PREFEITO MUNICIPAL

Antônio Beltran Santos
Secretário Municipal de Finanças

João Diniz de Resende Neto
Secretário Municipal da Administração

Felipe Souza Santos
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos